

Três jovens desta família afegã olham destemidamente para a fotografia Sabina, de 11 anos, enquanto os outros membros da família concentram-se em sua refeição.

DESTAQUE

5

CONSTRUINDO NAÇÕES

Em todas as partes do mundo, as crianças manifestam-se sobre questões de legislação que as afetam – e, em muitos países, os governos estão aprendendo a ouvi-las.

Loya Jirga

No Afeganistão, será realizada neste ano uma Loya Jirga (assembléia tradicional), e as crianças, que constituem cerca de 50% da população do Afeganistão, serão incluídas entre os participantes. A Loya Jirga discutirá as dificuldades enfrentadas por milhões de crianças no Afeganistão: aquelas que perderam um ou ambos os pais, que foram desalojadas por conflitos ou mutiladas por minas de solo, ou que sofrem de desnutrição ou morrem antes de completar cinco anos de idade. O governo afegão concordou em criar uma comissão nacional para as crianças envolvendo diversos departamentos, como os de saúde e educação, "de modo que as crianças se tornem o ponto central na formulação de políticas e na alocação de recursos," explica Olara Otunnu, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Crianças e Conflitos Armados.

Um país jovem

No Timor Leste, nove dias antes da celebração da independência, em 20 de maio de 2002, um Parlamento do Estudante reuniu-se em assembléia, realizando seu encontro inaugural na assembléia parlamentar.

O coqueiro timorense está começando a brotar. "No futuro, não queremos que fique vergado, queremos que cresça como uma árvore ereta que compartilhe sua sombra de maneira equitativa e que não se desvie ou impeça que a luz atinja outras árvores."

Giles Soares, 18 anos

"Pelos Olhos das Crianças", UNICEF, Timor Leste.

À medida que o novo país encaminhava-se para a independência, o UNICEF e seus parceiros lançaram uma vigorosa campanha para instruir os jovens sobre democracia. Sob a bandeira 'Construir um país com crianças e jovens', o UNICEF estimulou os jovens a se envolver no processo político. Dessa campanha surgiu o Parlamento do Estudante.





Afganistão/ "Imagine - suas fotos abrirão meus olhos" / GTZ/2002

Os estudantes debateram diversos tópicos – desde cuidados com a saúde até educação para HIV/AIDS – e adotaram 22 resoluções. Convocaram o novo governo para ratificar os instrumentos de direitos humanos, inclusive a Convenção sobre os Direitos da Criança, e para melhorar a saúde e a educação nas áreas rurais.

O Parlamento do Estudante foi o primeiro parlamento no Timor Leste, governado então por uma Assembléia Constituinte, um organismo que assessorava Sérgio Vieira de Mello, Administrador de Transição da ONU. Nove dias após o Parlamento do Estudante, Xanana Gusmão, presidente eleito, e o Conselho de Ministros sucederam Vieira de Mello. O relatório do Parlamento do Estudante será apresentado ao Parlamento completo durante a temporada parlamentar de 2002, e, juntamente com o Ministério de Educação, o UNICEF está coordenando a instauração de parlamentos do estudante durante o ano escolar, em escolas de ensino médio selecionadas.

"As crianças são importantes para o Timor Leste", afirmou Germano da Costa, presidente do Parlamento do Estudante. "Este é um país jovem, somos um povo jovem. É bom que as pessoas possam construir suas casas, cultivar seus alimentos, mas precisamos desenvolver as habilidades de nossas crianças. Elas são nossa garantia para o futuro."

Uma oportunidade de envolvimento

Em outra parte do mundo, a Comissão Legislativa Sul-Africana (South African Law Commission /SALC) está envolvida em uma ampla revisão de toda a legislação referente à criança. A revisão começou na década de 90, como resultado da insatisfação geral

com a legislação relativa aos cuidados com a criança que precedeu o fim do apartheid e as primeiras eleições democráticas em 1994.

Após a aprovação de algumas emendas urgentes em 1996 e em 1999, está em andamento uma revisão completa das leis existentes. Em todas as partes do país, crianças freqüentaram oficinas e grupos de discussão, e seus comentários foram levados em consideração quando a Comissão formulou recomendações preliminares em 2001. Um esboço do Projeto de Lei da Criança foi concluído, e está neste momento com o Departamento de Desenvolvimento Social. Caso seja aprovado, o projeto de lei será apresentado ao Parlamento.

A SALC consultou as crianças sobre as mudanças iminentes na legislação que as afetam diretamente, e concedeu-lhes posição de igualdade para participar com adultos no processo de reforma legislativa. Seus comentários receberam a mesma consideração que as opiniões de outros participantes, e em alguns casos suas opiniões foram decisivas. Um desses casos foi a decisão de não ampliar a proibição de empregar crianças menores de 16 anos para todas as crianças menores de 18 anos.

A partir de uma avaliação independente do processo de participação da criança, fica evidente que as crianças valorizaram a oportunidade de participar de um processo de reforma legislativa e de serem ouvidas. Nas palavras de uma das crianças, "Nós tínhamos o que dizer, sentimo-nos necessárias, importantes. Ficamos contentes também porque tivemos a chance de nos envolver, de contribuir com nossas idéias e de sermos ouvidas, e esperamos que tirem alguma conclusão útil daquilo que dissemos."